

Povos Indígenas no Brasil

Fonte DCI Class.: AM- Militares
 Data 25.08.89 Pg.: 411

Meio Ambiente

Amazônia: tutela do CSN volta com outro rótulo.

190
 A ordem de vetar a expedição que cientistas franceses realizariam a bordo de um dirigível sobre a floresta amazônica, em colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), partiu da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional. A Saden, criada uma semana antes da promulgação da nova Constituição, que extinguiu o antigo Conselho de Segurança Nacional, herdou do órgão que a antecedeu a missão de tutelar tudo o que ocorre na Amazônia. Teoricamente - e no texto da lei - a coordenação da ação federal na região é tarefa da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Na prática - e nos bastidores - quem desempenhava essa função era o CSN. Extinto pela lei maior, ele ressurgiu das cinzas através de um oportuno ato administrativo do governo.

Não foi apenas a proibição, que na semana passada suspendeu o projeto binacional de pesquisa, o traço indicador de que a matriz "filosófica" do modelo de ocupação da Amazônia continua a ser geopolítica e monitorada por um órgão militar informalmente mais poderoso do que sugere seu perfil formal. A Saden conseguiu tornar-se o "órgão central" do sistema de monitoramento dos recursos naturais do meio ambiente por satélite, montado no mês passado pelo governo, quando o lógico seria centralizar esse sistema (a principal base de acompanhamento das polêmicas queimadas na Amazônia) em órgãos como o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de São José dos Campos - São Paulo), na Inpa, na Embrapa ou mesmo na Sudam, que tem um sofisticado - e ocioso - centro de monitoramento em Belém.

Tudo o que dizia respeito à Amazônia (de conflitos agrários a pesquisas científicas) passava pelo Conselho de Segurança Nacional, principalmente por sua quinta subchefia. O circuito permaneceu o mesmo com a troca de siglas. A Saden está ligada diretamente à Presidência da República e conta com mais de 600 funcionários para funcionar como uma consultoria geral para assuntos estratégicos e fonte de doutrina sobre a "fronteira" amazônica. Ela passou a gerenciar - supervisionando 13 ministérios - 13% do território brasileiro, coordenando o projeto Calha Norte e o programa de desenvolvimento da faixa

de fronteira da Amazônia Ocidental (o mais recente, de abril deste ano). Eles estabelecem jurisdição sobre os 10.222 quilômetros de extensão e 1 milhão de quilômetros de área, no vasto arco territorial que toca em sete países da Amazônia latino-americana.

O objetivo declarado dessa ofensiva é conter o narcotráfico, intimidar previamente a expansão dos movimentos guerrilheiros (do M-19 na Colômbia e do Sendero Luminoso no Peru) e garantir a soberania e a segurança nacionais de fronteiras "mortas". É questionável que cada uma dessas metas tenha sido ao menos levemente alcançada ou que seja esta a forma de realizá-las, quando combate a plantios de drogas é mais eficientemente executado por monitoramento de imagens de satélite.

O principal produto dessas ações governamentais, até agora, tem sido a ampliação do conflito nas áreas dos índios Yanomami, invadidas por 80 mil - e não 50 mil, como tem sido divulgado - garimpeiros. Raramente se pode testemunhar um processo de ocupação tão selvagem, tão propício a manipulações que se beneficiam do antagonismo primitivo que surge quando homens incentivados pela ambição da riqueza fácil se jogam contra homens incapazes - cultural e tecnologicamente - de opor qualquer tipo de resistência que lhes garanta a sobrevivência. Criou-se um caldo de cultura tão explosivo que o único beneficiário é quem está fora dele, aticando-o para colher os resultados.

Os militares talvez acreditem que podem isolar um programa de obras públicas de objetivos restritos da avalanche de irracionalidade que se expande pela Amazônia. Traduzindo em números, afinal, o Calha Norte ainda é pouco expressivo. Mais importante do que as obras realizadas, no entanto, é o aval que esse tipo de empreendimento dá à repetição, na área de fronteiras, do processo especulativo sob o qual a Amazônia vem sendo saqueada. Como evitá-lo se quem rasga novas áreas à ocupação não tem meios reais de discipliná-la ou ao menos inventariar os recursos disponíveis para que eles não sejam dilapidados pela exploração primitiva? Mas como ocupar a Amazônia resulta de um ato categórico de inspiração geopolítica, boa intenção tem se traduzido por mau resultado.

(Lúcio Flávio Pinto/ AE)